

O Brasil já coleciona estudiosos de renome, das mais diversas áreas do conhecimento, os quais apontam a necessidade do fomento à leitura¹. No campo ficcional, o escritor australiano Markus Zusak já abordou o tema, em sua obra “A menina que roubava livros” – a trajetória de Liesel Meminger, protagonista do enredo, canaliza urgências para a leitura, pelo que a personagem passa a furtar livros, exatamente no instante em que, com as reverberações da 2ª Guerra Mundial, o acesso a livros é restrito². Na sociedade contemporânea, o incentivo à leitura, em especial às crianças, é embargado por conta não apenas da carestia dos livros³, como também do analfabetismo e da evasão escolar, que grassam significativa parte da sociedade⁴. Sem dúvida, o país deve preparar-se melhor para atender às demandas sociais, sob pena de retrocessos socio-intelectuais irreparáveis⁵.

Nesse sentido, a desigualdade social, que leva as classes C, D e E a destinarem os respectivos salários aos itens de primeira necessidade – alimentação, especialmente – configura-se um impeço ao acesso às livrarias. Sob esse viés, Gilberto Dimenstein, em sua obra “O cidadão de papel”, defende que nem sempre os dispositivos legais são cumpridos, o que desencadeia prejuízos sociais e individuais de toda ordem. Com efeito, os artigos 53 e 71 do Estatuto da Criança e do Adolescente salvaguardam, entre tantos outros, o direito ao lazer, à informação, à cultura e à educação, como pressupostos para a formação cidadã. Inegavelmente, o incentivo à leitura e ao aprendizado lúdico e eficiente estão aí implicados, e a falta que aqui se aponta deve ser urgentemente suprida pelos atores responsáveis pela Educação⁶.

Não fosse suficiente, é preciso anotar que o analfabetismo é recorrente, o que fere de morte a prática da leitura. Prova disso é que, segundo estudos do Unicef, a partir de dados do IBGE, em 2020, havia, aproximadamente, 1,4 milhão de crianças e adolescentes fora da escola, quer porque se evadiram, quer porque nunca chegaram a frequentá-la. Inegavelmente, a alfabetização, intimamente ligada à frequência e ao rendimento escolares, é demanda a ser enfrentada em caráter emergencial, porque, uma vez fora da escola, a possibilidade de a criança tornar-se leitora é bastante remota, haja vista o fato de a literacia familiar ainda ser incipiente no país⁷.

Logo, para que o incentivo à leitura seja levado a efeito, cabe ao Ministério da Educação, órgão responsável pela formulação de políticas educacionais qualitativas, empreender mecanismos para a aferição da frequência e do aproveitamento dos alunos, em especial os da Educação Básica, o que deve ser feito por meio de equipes multiprofissionais, com foco na área psicopedagógica. Outrossim, a merenda e o transporte escolar gratuitos devem ser garantidos, a fim de que o Estado seja fiel cumpridor dos dispositivos legais. À parte isso, as Secretarias Municipais de Educação devem promover rodas de leituras, além de viabilizarem a instalação de bibliotecas itinerantes, a fim de que os livros possam estar ao alcance de todos os brasileiros, que hão de se conscientizar que o conhecimento é condição para o exercício da cidadania⁸.

Por Joana Silva Mendes e Gislaine Buosi

Análise da estrutura dissertativa:

1 – Tema;

2 – Repertório sociocultural próprio;

3 – Antecipação do 1º argumento;

4 – Antecipação do 2º argumento;

5 – Tese;

6 – Desenvolvimento do 1º argumento, com outro repertório;

7 – Desenvolvimento do 2º argumento, com dados estatísticos;

8 – Proposta de intervenção social.